XXI Enanpur Curitiba
19 a 23 de Maio de 2025
ideias, políticas e práticas em territorialidades do Sul Global

DIREITO À CIDADE NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO: O CARÁTER POLÍTICO E PEDAGÓGICO DO PROJETO ATHIS "MORADIA COMUM" (SESSÃO TEMÁTICA 10)

Geisa Bordenave
Faculdade de Serviço Social da UERJ | geisabordenave@gmail.com

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre as dimensões do direito à cidade e moradia na Zona Portuária do Rio de Janeiro, a partir de pesquisa realizada com mulheres residentes nas ocupações desta região. As reflexões são oriundas de pesquisa de pós-doutorado realizada entre 2023 e 2024, a partir do projeto de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), financiado pelo Conselho de Arquitetura do Rio de Janeiro (CAU-RJ) "Moradia comum", desenvolvido por uma associação cultural localizada no bairro da Gamboa, zona portuária da cidade. O objetivo é suscitar reflexões a partir do caráter político e pedagógico do projeto.
Palavras-chave: Direito à cidade, Moradia, ATHIS, Zona Portuária do Rio de Janeiro.

RIGHT TO THE CITY IN THE PORT AREA OF RIO DE JANEIRO: THE POLITICAL AND PEDAGOGICAL CHARACTER OF THE ATHIS PROJECT "COMMON HOUSING"

Abstract: *This work seeks to reflect on the dimensions of the right to the city and housing in the Port Zone of Rio de Janeiro, based on research carried out with women residing in occupations in this region. The reflections come from post-doctoral research carried out in 2023/2024, based on the Technical Assistance in Social Housing project (ATHIS), financed by the Rio de Janeiro Architecture Council (CAU-RJ) "Common housing" , developed by a cultural association located in the Gamboa neighborhood, the city's port area. The objective is to raise reflections based on the political and pedagogical nature of the project.*

Keywords: *Right to the city, Housing, ATHIS, Port Zone of Rio de Janeiro.*

DERECHO A LA CIUDAD EN LA ZONA PORTUARIA DE RIO DE JANEIRO: EL CARÁCTER POLÍTICO Y PEDAGÓGICO DEL PROYECTO ATHIS “VIVIENDA COMÚN”

Resumen: *Este trabajo busca reflexionar sobre las dimensiones del derecho a la ciudad y a la vivienda en la Zona Portuaria de Río de Janeiro, a partir de investigaciones realizadas con mujeres residentes en ocupaciones de esta región. Las reflexiones surgen de una investigación postdoctoral realizada en 2023/2024, a partir del proyecto de Asistencia Técnica en Vivienda Social (ATHIS), financiado por el Consejo de Arquitectura de Río de Janeiro (CAU-RJ) "Vivienda común", desarrollado por una asociación cultural ubicada en el barrio Gamboa, la zona portuaria de la ciudad. El objetivo es plantear reflexiones a partir del carácter político y pedagógico del proyecto.*

Palabras clave: *Derecho a la ciudad, Vivienda, ATHIS, Zona Portuaria de Río de Janeiro.*

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano no Brasil, é historicamente marcada por intensas disputas e contradições — constitutivas do próprio capitalismo (Maricato, 2015). A financeirização da moradia e da terra estão cada vez mais evidentes e provocando um aprofundamento das expressões da questão social. As políticas públicas e sociais, no entanto, seguem uma lógica de fragmentação, e se apresentam de forma residual e focalizada (Rolnik, 2015; Behring, 2008). A região central da cidade do Rio de Janeiro, se mostra como lócus privilegiado para, partindo de tal cenário, refletirmos sobre as dimensões do direito à cidade e moradia. Partimos aqui do pressuposto de que o "direito à cidade" é, sobretudo, um direito coletivo, envolvendo a necessidade de que haja o "exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização" (Harvey, 2014, p. 28). Assim, conforme propõe David Harvey (2014) trata-se de compreender tal direito para além do acesso individual ou grupal aos serviços oferecidos no âmbito das cidades.

No contexto destas disputas e lutas de classes no âmbito das cidades, há em curso desde a década de 1960 o Movimento pela Reforma Urbana, que é fortalecido no contexto da Constituição Federal de 1988 — com a conquista do capítulo urbano da nova Constituição — e que mais tarde conquista o Estatuto da Cidade e a Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Grazia e Rodrigues, 2003).Tais legislações são fruto de reivindicações de movimentos populares sociais diversos, assim como de profissionais envolvidos com a questão urbana, na busca de estratégias para efetivar o direito à cidade e moradia no país.

A Lei nº 11.888, que institui o serviço gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitação de interesse social para populações pobres também pode ser compreendida como uma conquista nesta esteira de lutas e pressões no âmbito social e que impacta a dimensão legislativa. A Lei ATHIS, no entanto, assim como no caso das demais legislações, ainda é vista como não consolidada, e sua efetiva implementação continua associada a um permanente processo de pressão e negociações (Cardoso e Lopes, 2022). Cardoso e Santo Amore (2018) enfatizam que a assistência técnica em habitação de interesse social ainda carece de efetivação como estratégia em políticas de habitação e desenvolvimento urbano.

Desde 2017, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) determinou que todos os conselhos estaduais (e o do Distrito Federal) devem direcionar 2% de seu orçamento para o apoio de ações de assistência técnica em habitação de interesse social. Tal medida tem colaborado para a ampliação do debate e que as experiências do tipo ocorram pelo país, ainda que até o momento, desconectadas de políticas habitacionais mais amplas (Bordenave e Gonçalves, 2023). É neste contexto que o presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada junto a um projeto ATHIS desenvolvido na Gamboa[1]. A pesquisa foi

[1] A pesquisa contou com bolsa CAPES (PDPG) de pós-doutorado, vinculada ao Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio entre 2023 e 2024. Desde novembro de 2024 a pesquisa se vincula ao projeto "Mulheres da Pequena África: direito à cidade e lutas por moradia na Zona Portuária do Rio de Janeiro",

realizada partindo do interesse de compreender como tais projetos, que contavam com financiamento do CAU-RJ estavam sendo desenvolvidos nesta região. O projeto "Moradia Comum" desenvolvido pela Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete, localizada na rua Pedro Ernesto, foi selecionado por conta de sua atuação junto às mulheres da região.

Está proposta neste trabalho a seguinte organização: no primeiro tópico será apresentada uma breve contextualização do território no qual a pesquisa foi desenvolvida: a Zona Portuária do Rio de Janeiro. No segundo será trazida uma, também breve contextualização acerca da Lei 11.888 de 2008, que trata da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, considerando que a pesquisa foi desenvolvida analisando especificamente um projeto ATHIS desenvolvido nesta região. No terceiro e no quarto tópicos serão trazidos elementos relativos à pesquisa realizada, que se encontra em andamento, assim como dados e reflexões da pesquisa de campo. Cabe destacar que a pesquisa foi realizada a partir de uma metodologia de observação participante, através da qual a autora acompanhou as reuniões realizadas na Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete durante o ano de 2023, no âmbito da atividade denominada como "Mulheres Multiplicadoras" (parte do projeto Moradia Comum). Houve também a realização de entrevistas individuais, entre abril e julho de 2024, com as nove mulheres que participaram do projeto.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: A ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A Zona Portuária é, desde o início do processo de urbanização, marcada por uma perspectiva higienista, ou seja, por remoções e tentativas de impedir as populações pobres e majoritariamente negras, de morar e permanecer nesta região (Vaz, 1994). A Zona Portuária é formada por um conjunto de bairros — Caju, Gamboa, Saúde, Santo Cristo — que, por conta de sua conexão com o "comércio de escravos" no período colonial, é hoje reconhecida como uma região que remete a um "circuito de herança africana" na cidade.

desenvolvida na UERJ, com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

FONTE: DATA RIO, 2024.

Conforme se percebe na imagem acima, o projeto de "revitalização" Porto Maravilha envolveu três bairros da região, não abrangendo a área do Caju. Assim, trata-se de uma região que funcionou como a principal entrada de negros escravizados, e tem sido desde a década de 1980 apontada como uma região culturalmente ligada à herança africana, sob uma perspectiva da patrimonialização (Guimarães, 2011). Trata-se de uma região também historicamente associada às resistências populares: foi onde existiu o maior cortiço da história, o Cabeça de Porco, que acolheu cerca de 4 mil pessoas e foi destruído no contexto das reformas urbanas e higienistas que marcaram o século XIX no Rio de Janeiro (Chalhoub, 1996; Lopes, 2000).

Desde o projeto do Porto Maravilha — uma grande parceria público-privada iniciada no ano de 2009, visando grandes obras e transformações urbanas voltadas principalmente para a dimensão turística (Monteiro, 2023) — que pretendia realizar uma "revitalização" desta região da cidade, a região permanece sofrendo profundas transformações (Souty, 2013). No contexto dos megaeventos realizados na cidade – Olimpíadas e Copa do Mundo – tais conflitos/disputas e processos de expulsão se acentuaram (Faulhaber e Azevedo, 2015), e tem tido desdobramentos e aprofundamentos até o presente momento.

Há em curso um intenso processo de mercantilização da cidade, e a iminência da inauguração de empreendimentos imobiliários de grandes proporções voltados para as classes médias, que vem reforçando a lógica de uma divisão racial do espaço urbano (Berth, 2023). A perspectiva de garantia de moradia para as classes populares, no entanto – prevista no projeto Porto Maravilha - não se concretizou até este momento.

A LEI DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (LEI ATHIS)

A Lei Federal nº 11.888, promulgada no ano de 2008, surge a partir de discussões anteriores realizadas, sobretudo, no campo das discussões profissionais de arquitetos e urbanistas, na qual já havia sido desenhada a proposta de um "Programa de Assistência Técnica para Moradia Econômica". Conforme aponta Loreto (2023):

> O Programa ATME é o embrião da Lei de ATHIS, não apenas pelo uso dos mesmos termos, mas por ambas serem formadas pelo mesmo princípio de compreensão da prática: a assistência técnica contida nelas é entendida como um serviço assistencial, ainda que público e gratuito, a populações de baixa renda para projeto e construção de suas moradias. Essa compreensão pauta o acesso à moradia mais como decorrente de uma prestação de serviço realizado por profissionais, do que como um direito garantido pelo estado a partir de política habitacional e da política urbana.

A Lei de ATHIS apresenta, portanto, regras para o serviço gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitação de interesse social para populações pobres, sendo assim definido nos dois primeiros artigos da legislação:

> Art. 1º Esta Lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea *r* do inciso V do caput do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
>
> Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários-mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

Conforme já mencionado, desde o ano de 2017, o CAU determinou a destinação de 2% do seu orçamento — também em nível nacional quanto regional — para o apoio de ações de ATHIS, o que tem colaborado para ampliação do debate e experiências concretas. No entanto, conforme mencionam Cardoso e Lopes (2022), estas ações financiadas pelo CAU são ainda marcadas pela pontualidade. Isto se evidencia, no caso dos editais publicados pelo CAU-RJ, inclusive no que se refere aos valores: as cotas de financiamento, no edital de 2022, foram de R$55.000 por projeto, o que faz com quem, em sua maioria, os projetos não proponham melhorias habitacionais, mas se concentrem em estratégias relacionadas ao "desenvolvimento de ações visando difundir e conscientizar o direito à moradia e assessoria técnica em habitação de interesse social" – um dos eixos previstos no edital proposto pelo

CAU-RJ. Assim, o financiamento baixo é um dos pontos elencados pelos profissionais que se envolvem nestes projetos: torna-se necessário propor um projeto de baixo custo e que seja realizado em curto prazo.

Para além da questão do financiamento, há um ponto que diz respeito aos profissionais privilegiados nos projetos de ATHIS. O orçamento previsto nos editais do CAU-RJ, por conta de sua conexão com a área de Arquitetura, prevê somente a contratação de arquitetos e engenheiros, o que ocasiona, de modo geral, o negligenciamento do trabalho social ou desenvolvido através de outras parcerias (Bordenave e Gonçalves, 2023). No caso do projeto "Moradia Comum", seu desenvolvimento ocorre em uma Associação Cultural que já possui um setor destinado ao trabalho social, com uma assistente social e um psicólogo, no entanto, especificamente atuando no projeto, há somente profissionais de Arquitetura.

A restrição da Lei de ATHIS no que se refere às áreas de Arquitetura e Engenharia demonstram um privilegiamento de uma atuação técnica que desconsidera o caráter social evidente da legislação. Muitas tem sido as discordâncias em relação à legislação e consequentemente aos projetos ATHIS que vem sendo implementados sem a devida atenção ao trabalho social, e ignorando o caráter multidisciplinar necessário em projetos de ATHIS. A iniciativa "Mais ATHIS"[2], desde novembro de 2023 até a presente data, tem realizado discussões e debates coletivos, contando com "profissionais de distintas categorias (Serviço Social, Psicologia e Ciências Sociais/Sociologia), segmentos (setor público das esferas federal, estadual e municipal, e entidades", a fim de propor estratégias que colaborem para a atualização da legislação, apontando para a criação de um "Programa Nacional de ATHIS".

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL LANCHONETE-LANCHONETE E O PROJETO MORADIA COMUM

Entre os meses de junho de 2023 e julho de 2024 foi realizada pesquisa de campo envolvendo um dos projetos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) financiados pelo CAU-RJ e em fase de implementação. O projeto eleito para acompanhamento sistemático foi o "Moradia Comum", elaborado e implementado pela organização não-governamental "Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete", localizada no bairro da Gamboa. A Associação atua no território desde o ano de 2016 e "tem como missão fundamental apoiar o desenvolvimento saudável da primeira infância, da adolescência e de mulheres residentes em ocupações da região"[3]. No galpão onde funciona a Lanchonete há uma cozinha coletiva, e diariamente são oferecidas atividades para as crianças e mulheres da região. O projeto, proposto e implementado pelo GT Moradia – grupo

[2] A iniciativa "Mais ATHIS" divulgou em março de 2024 uma "Nota técnica sobre o trabalho social na assistência técnica para a habitação de interesse social": https://drive.google.com/file/d/1UTfEHVd9_h3qWeD28u_gE3Lm2BCySvQt/view. Acesso em 17 de julho de 2024.

[3] Mais informações em: https://www.lanchonetelanchonete.com/nosso-role. Acesso em 17 de julho de 2024.

formado por arquitetos — consistiu na organização de oficinas de capacitação técnica na área de construção civil para mulheres empobrecidas moradoras da Pequena África, conforme demonstra trecho do projeto apresentado e aprovado pelo CAU-RJ:

> O projeto consiste na organização de oficinas de capacitação técnica na área de construção civil para mulheres empobrecidas moradoras da Pequena África, área central da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, é necessário contar com equipe multidisciplinar integrando assistentes sociais, psicólogos, educadores, arquitetos, construtores populares, engenheiros, de forma a, coletivamente, elaborar soluções habitacionais. A partir da análise e questionamento da situação de moradia atual de grande parte das mulheres participantes do projeto, o projeto pretende alcançar soluções alternativas para a construção de unidades habitacionais (Resumo do projeto Moradia Comum contemplado no edital ATHIS do CAU-RJ 2021).

FONTE: Instagram da Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete.

No que se refere à metodologia, foi realizada observação participante nas reuniões semanais realizadas com as mulheres integrantes do projeto. As reuniões eram realizadas sempre no período da manhã e nas quartas-feiras, no próprio galpão da Lanchonete. Ao final dos encontros previstos para o ano de 2023, foi realizado um curso prático de construção civil voltado para as mulheres participantes, que, conforme acordado durante as reuniões — também chamadas com frequência de "rodas de conversa" — aconteceu no Quilombo da Gamboa. O etapa prática do curso teve como objetivo construir um telhado e uma estante para livros no espaço de uso comum do Quilombo da Gamboa. Foram contratados

construtores para a capacitação e realização do curso prático durante uma semana do mês de dezembro de 2023. Houve também a participação de profissionais voluntários.

"MULHERES DA PEQUENA ÁFRICA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E AS ENTREVISTAS

> Brasileira, negra, mulher da Pequena África, cozinheira. [...] o que eu posso te falar é que a Lanchonete pra mim é a minha casa. Quando a gente construiu a Lanchonete a gente se sentiu um pouco distante, mas depois de um determinado tempo a gente construiu esse lar aqui como o nosso lar. Onde a gente aprendeu a enfrentar o preconceito. Entrar pra Lanchonete foi um grande desafio na minha vida, entendeu? Porque aqui... Quando eu cheguei aqui eu era uma pessoa que... Era uma pessoa cheia de raiva, eu tinha ira dentro do coração, era uma pessoa completamente podre e estragada. No bom sentido que eu quero te falar... Porque sempre os lugares que a gente conseguiu na vida foi um lugar que o negro não tinha autonomia. Aqui nós temos autonomia e autoridade, entendeu? Apesar de que nós temos no nosso patamar acima de nós mais alguém, mais alguém, até que chega o topo, né? Mas pra chegar nesse lugar pra minha pessoa mesmo a Lanchonete foi a minha escola (Interlocutora).

Entre os meses de abril e julho de 2024 foram entrevistadas nove mulheres que participaram do projeto e do curso prático. Destas, seis possuem algum tipo de vínculo de trabalho com a Lanchonete-Lanchonete, e três são integrantes de movimentos populares de luta por moradia e moradoras de ocupações politicamente organizadas na região — Quilombo da Gamboa e Vito Gianotti, localizada no Santo Cristo — e frequentam a Lanchonete de forma mais pontual. Cabe destacar que, considerando que as entrevistas foram realizadas recentemente, este trabalho apresenta algumas considerações preliminares, pois os dados e informações obtidas ainda necessitam de análise mais aprofundada. Cada entrevista teve duração média de cinquenta minutos.

As nove entrevistas foram realizadas com base em roteiro semiestruturado elaborado pela autora e apresentado à equipe do GT Moradia previamente. Cabe destacar que as entrevistas cumpriram dupla função: de um lado, relevantes para o processo da pesquisa em desenvolvimento, a fim de conhecer melhor as interlocutoras e suas percepções sobre o projeto, e de outro, para dar conta de demanda da equipe do projeto, que apresentou proposta à pesquisadora sobre a realização de uma avaliação. A perspectiva da equipe era de que, a pesquisa pudesse contribuir para o projeto realizando uma avaliação do que havia sido realizado. Desta forma, o roteiro semiestruturado foi pensado também no sentido de possibilitar que as mulheres envolvidas avaliassem tanto o trabalho da Lanchonete, quanto especificamente do projeto "Moradia comum" e os encontros das "Mulheres multiplicadoras".

Todas as entrevistas foram gravadas, com consentimento das interlocutoras, e posteriormente transcritas[4].

O roteiro semiestruturado se organizou, resumidamente da seguinte maneira: o primeiro bloco, contava com perguntas pessoais, como idade, arranjo familiar, escolaridade, local de moradia e ocupação de trabalho; o segundo bloco buscava coletar informações sobre as moradias, buscando mapear as condições atuais (e anteriores) de moradia das mulheres (incluindo acesso à água, saneamento e energia elétrica), e percepções delas sobre questões relativas à moradia e o bairro; e o terceiro bloco se concentrava mais especificamente no objetivo da avaliação, contando com perguntas avaliativas sobre o trabalho da Lanchonete e sobre o curso prático desenvolvido no Quilombo da Gamboa.

As interlocutoras têm entre 25 e 66 anos de idade; oito se declararam negras/pretas e uma afro-indígena. No que se refere à escolaridade, quatro informaram ter ensino fundamental incompleto, uma declarou ter ensino médio incompleto e três ensino médio completo; uma interlocutora possui graduação em Serviço Social e doutorado na mesma área. As situações de trabalho/ocupação declaradas possuem sempre algum grau de instabilidade: seis informaram trabalhar na Lanchonete em alguns dias da semana, mas ter outros "bicos por fora", uma informou trabalhar como ambulante, uma declarou que atua junto a uma organização não governamental em um projeto específico (contrato temporário) e uma declarou estar desempregada.

Apenas uma das interlocutoras declarou residir em uma casa alugada na Gamboa. Todas as outras mulheres informaram que residem em ocupações — sete delas na Gamboa e uma no Santo Cristo. Apesar de serem todas ocupações as condições de moradia variam: enquanto as ocupações organizadas por movimentos populares de luta por moradia de forma mais consolidada, como é o caso do Quilombo da Gamboa e da Vito Gianotti, relatam condições mais estáveis no que se refere à fornecimento de água e energia elétrica, as demais ocupações possuem condições piores no que se refere a estes serviços.

As condições gerais da habitação aparecem como questões em grande parte das ocupações nas quais residem as interlocutoras, atrelada à insegurança de realizar melhorias em suas moradias e depois sofrerem despejo:

> A mais esculachadinha lá é a minha, porque é com telha. Chove mais dentro do que fora... Mas tá bom, dá pra proteger do sol e do sereno. Eu sempre falo isso, o telhado. É um desastre. Quando chove... Eu já perdi muita coisa. Ah, o chão da minha cozinha... Não tem chão. Eu queria botar... Cerâmica não... É que eu não sei fazer... Eu já pensei em fazer, pegar o cimento e jogar aquele negócio lisinho, que aí dá pelo menos pra minha neta andar. Dá pra passar um pano. E eles falam "cara, você é tão

[4] Todas as entrevistas foram realizadas em ambiente que garantia a privacidade. Algumas entrevistas foram realizadas na própria Lanchonete (em sala privada), e outras nos lugares de moradia das interlocutoras (Ocupação Vito Gianotti, no Santo Cristo e Quilombo da Gamboa). Ficou acordado que somente as transcrições seriam compartilhadas com a equipe, e não as gravações, para que fosse possível, caso as entrevistadas desejassem, garantir o anonimato de algumas falas.

> limpa". Tomara que Deus abençoe e antes de eu morrer eu... Bote pelo menos um piso lá. [voz embargada de choro]. É que eu não tenho condição mesmo. Se eu tivesse eu já tinha me mudado (Interlocutora).

> Eu parei até com a minha obra na minha casa. Meu quarto tá sem piso. Meu quarto tá sem embolsar uma parte. O meu banheiro não tá do jeito que eu quero. Eu tenho medo de a gente gastar dinheiro e depois chegar e tirar a gente com uma mão na frente e outra atrás. Meu medo só é esse, porque a gente gosta de ficar aqui. Quem quer ir pra longe? Eu não quero ir pra longe. Nossa vida é no centro da cidade (Interlocutora)

No trecho acima uma das questões que mais aparecem nas entrevistas fica explícita: a importância que as mulheres entrevistadas depositam em "morar no centro". Aqui se observa de forma empírica a questão da reivindicação por moradia nas regiões centrais de metrópoles do Brasil. Tal reivindicação traz duas perspectivas centrais: primeiro, passa pelas demandas postas pela realidade concreta destas pessoas. Durante as entrevistas se percebe que muitas mulheres que habitam a região central já residiram em regiões distantes do centro — algumas em regiões da Baixada e/ou Zona Oeste — e consideram a região central mais favorável para morar por alguns motivos. Elas destacam a maior possibilidade de conseguir trabalhar no centro — muitas trabalham como ambulantes e realizam "bicos" variados — além de maior facilidade de acessar serviços no âmbito de políticas públicas, tais como Saúde e Assistência Social.

A possibilidade de residir em ocupações de imóveis ociosos, apesar das condições precárias, como é o caso da maioria das entrevistadas nesta pesquisa, traz também a vantagem de não precisar arcar com os custos de um aluguel — inacessível para muitas destas mulheres. Morar nestas ocupações, muitas vezes de forma precária, é a alternativa encontrada para acessar minimamente o "direito à cidade" (Lefebvre, [1968] 2008), que garantiria o acesso a serviços e infraestrutura necessária para a vida dos sujeitos na cidade (Paterniani, 2013; Lima; Araújo, 2012; Harvey, 2008).

A noção de "provisoriedade" perpassa sempre, em alguma medida, as moradias em ocupações: seja pelo risco de despejo — durante a realização das entrevistas, uma das mulheres havia recebido em sua ocupação o aviso de uma reintegração de posse iminente — seja pelo horizonte de mudança intencional. No caso do Quilombo da Gamboa, por exemplo, que é um projeto organizado contemplado recentemente pelo programa Minha Casa Minha Vida Entidades (assim como é o caso da Vito Gianotti), a maior parte dos moradores atualmente reside em uma casa de madeira provisória. Uma interlocutora que reside no Quilombo relata:

> Essas casas elas foram feitas no final de 2019, e elas tem uma validade útil de 5 anos. Ou seja, esse ano já estoura a validade útil dela. Então a gente já pode ver várias avarias, várias coisas, entendeu? Que vai deteriorando com o tempo... Até por ser madeira, não ser uma madeira tratada como foi ali no projeto. [...] A gente vê que o assoalho já não está a mesma coisa, por causa de questão de pegar chuva e tal. Foi projetado assim muito rápido, e aquele negócio de ser projetado muito

rápido, não foi pensando assim de forma que batesse chuva... Pensasse uma telha que batesse chuva e não molhasse o assoalho em baixo, as janelas. Então assim, a telha de zinco esquenta muito... Por ser de madeira, esquenta muito também. Então é uma coisa assim, que dentro da casa quando tá verão mesmo, chega a ficar uns 39, 40 graus dentro da casa. Então é incômodo, muito incômodo.

Curso prático de capacitação do grupo de Mulheres Multiplicadoras. Dezembro de 2023. FONTE: Cedida por Gorete, moradora do Quilombo da Gamboa e militante da CMP.

O CARÁTER POLÍTICO E PEDAGÓGICO DO PROJETO

A Lanchonete aparece nos relatos/avaliações das interlocutoras como uma rede de apoio importante. Seis das entrevistadas, como mencionado, possuem relação de trabalho com a Lanchonete, sendo a sua única ou principal fonte de renda. As atuações são variadas, sendo as principais: educadora, zeladora e cozinheira. Destas seis mulheres, cinco possuem filhos, e identificam a Lanchonete também como rede de apoio para suas famílias. Além de avaliarem positivamente a atuação da Lanchonete, a atividade das "Mulheres Multiplicadoras" e do curso prático são relatadas com entusiasmo:

> Ah, não tem nem como falar... É muita coisa que nós tem que falar... Mora dentro do meu coração, porque ela dá apoio pra gente de verdade. Ainda mais a gente que fomos mulheres multiplicadoras. Isso foi da nossa, vamos dizer, era oito mulheres, e as oito mulheres bolou esse nome: mulheres multiplicadoras (Interlocutora).

> Ah, foi maravilhoso. Aprendemos a fazer buraco. Eu não sabia fazer fundação, eu não sabia. Aprendemos a fazer uma parede linda, que tá lá, que é a biblioteca, pra poder botar os livros. A ferragem também foi linda, a montagem da ferragem eu também peguei (Interlocutora).

O trabalho realizado pela Lanchonete junto às crianças aparece de forma frequente também nos relatos — além de ser a principal linha de atuação da organização, também adquire relevância junto às interlocutoras, considerando que a maior parte delas, conforme mencionado possuem filhos e são as principais responsáveis pelo cuidado deles (algumas também se responsabilizam pelo cuidado de netos). Na fala a seguir uma das interlocutoras, que no dia da realização da entrevista havia recebido uma ordem de despejo na ocupação em que reside, menciona "morador de rua" em alusão ao argumento da Justiça para a ação de despejo: segundo ela, a Defensoria teria informado que um dos argumentos para o despejo seria o fato de que os moradores daquela ocupação seriam "moradores de rua que invadiram".

> [...] essa Lanchonete aqui é uma mãe pras crianças. Eu sempre bato isso na tecla. Nós lidamos com crianças aqui dentro, criança que o Estado não quer ver. Criança do Habibs o Estado não quer ver, porque é filho de morador de rua, como eles abrem a boca e fala. Se é morador de rua pra que que querem ver? O Estado vai querer ver isso aí? Não, né? Criança da Elma, a maioria que tem aqui são da Elma. É uma ocupação, que graças a essa Lanchonete, que colocou essas mães aqui dentro [...] Tantas e tantas mulheres que tem aqui dentro, que não tinha a oportunidade, como eu também não tinha. Nós hoje sabe onde é o caminho da Prefeitura, nós sabe o caminho de nós ir na Receita Federal, nós sabe o caminho de ir para o Fórum, na Câmara dos Vereadores. Nós agradecemos disso daqui e aprender palavras pra cobrar o que é nosso na hora certa.

Durante as reuniões do grupo de Mulheres Multiplicadoras, foi possível perceber a ênfase no caráter político e pedagógico. Muito embora o projeto, até mesmo pelos parcos recursos destinados a ele, não tivesse a previsão de melhorias habitacionais ou de provisão habitacional, as discussões sobre direito à cidade e moradia aparecem como ferramentas relevantes. Na fala acima se percebe a perspectiva crítica com relação à atuação do Estado no que se refere às populações pobres, assim como a ênfase ao aprendizado que construiu em sua participação na Lanchonete, na medida em que a interlocutora destaca que agora sabe os caminhos institucionais para buscar seus direitos.

> Quando eu cheguei aqui eu era uma pessoa que... Era uma pessoa cheia de raiva, eu tinha ira dentro do coração, era uma pessoa completamente podre e estragada. No bom sentido que eu quero te falar... Porque sempre os lugares que a gente conseguiu na vida foi um lugar que o negro não tinha autonomia. Aqui nós temos autonomia e autoridade, entendeu? Apesar de que nós temos no nosso patamar acima de nós mais alguém, mais alguém, até que chega o topo, né? Mas pra chegar nesse lugar pra minha pessoa mesmo a Lanchonete foi a minha escola. A Lanchonete foi a minha sobrevivência e é até hoje... Foi o meu psiquiatra, foi o

> psicólogo, foi a minha professora de quando eu errar não deixar eu permanecer no erro, entendeu?

Nesta medida, o caráter político e pedagógico do projeto se evidencia nestas falas que destacam noções sobre pertencimento racial e de classe, assim como a busca por estratégias para sobreviver e acessar direitos. Neste caminho, o projeto não se limita a uma atuação estritamente técnica e fomenta a troca de saberes entre os profissionais e a população envolvida, compreendendo que "sujeitos dialógicos são sujeitos comprometidos com o mundo" (Freire, 2007, p. 56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) financiados pelo CAU-RJ, conforme discutido ao longo deste trabalho, se apresentam de forma pontual, o que compromete seu alcance e resultados. Além disso, a perspectiva extremamente restrita no que diz respeito à compreensão da multidisciplinaridade necessária em projetos desta natureza faz com que as críticas sejam necessárias: é preciso avançar tanto no que se refere à perspectiva legal — buscando a atualização da Lei de ATHIS — mas também na compreensão do trabalho social como componente, caso estejamos apontando para uma perspectiva de ATHIS mais conectada com as políticas públicas.

Torna-se necessário pensar as iniciativas de ATHIS para além de uma perspectiva meramente técnica e de prestação de serviços, apontando para o avanço de uma noção multidisciplinar, com destaque para o trabalho social — que a rigor, não pode ser desenvolvido por profissionais de Arquitetura. Apesar destas considerações, é relevante mencionar que o referido projeto, ainda que com parcos recursos e equipe restrita, fomenta a atuação de uma organização que já possui antiga e importante conexão com o território da Gamboa. Este é um elemento que pode ser percebido nos projetos contemplados nos últimos editais do CAU-RJ: há uma tendência de contemplar com o financiamento projetos propostos por organizações que já possuem reconhecida atuação no território, colaborando em alguma medida para o fortalecimento comunitário. Assim, é possível constatar efeitos positivos no que se refere à implementação do projeto, ainda que com as ressalvas apresentadas.

Na perspectiva de apontar para a possibilidade de criação de um Programa Nacional de ATHIS, a iniciativa Mais ATHIS tem destacado alguns caminhos como: buscar a captação e recursos através de editais de grupos que já fazem ATHIS, como movimentos sociais e populares, entidades, Universidades, assessorias técnicas e associações de bairros. Torna-se necessário, no entanto, repensar a própria concepção de assistência técnica prevista em lei, alinhada com a visão de mercado e entrega de produtos, e buscar o caminho para construir uma lógica de assessoria técnica vinculada à dimensão do direito à moradia e à cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine. Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERTH, Joice. Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2023.

BORDENAVE, Geisa; GONÇALVES, Rafael Soares. Regularização fundiária e coprodução da cidade: o projeto ATHIS na Chácara do Catumbi (RJ). Revista de Políticas Públicas. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

_____. Lei Federal n.10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho de 2001.

_____. Lei nº 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 dez. 2008.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social: do discurso à construção da prática profissional. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 24. 2022.

CARDOSO, Fernanda Simon; SANTO AMORE, Caio. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil. In: XV Colóquio Internacional de Geocrítica–Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista, Universidade de Barcelona, 2018

CARVALHO, Patryck. Regularização fundiária, projetos de urbanização e redução das precariedades. In: UEMURA, Margareth Matiko; NISIDA, Vitor Coelho; CAVALCANTE, Lara Aguiar (orgs.). ATHIS para o direito à moradia. São Paulo: Instituto Pólis, 2021.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO Lena. Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36e. São Paulo: Paz e Terra, 2007

GRAZIA, Grazia de; RODRIGUES, Evaniza. Uma alternativa para a gestão urbana: o Ministério das Cidades e seus desafios. Revista Rio de Janeiro, n. 9, p. 11-21, jan./abr. 2003.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. A utopia da pequena África: os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, UFRJ. 2011.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo. Martins Fontes, 2014.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979.

LIMA, Lucas Marinho; ARAÚJO, Mayara. Notas sobre o direito à moradia digna, 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_9/abep2010_2072.pdf . Acesso em: 04/10/2016.

LOPES, Myrian. 2000. O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920. Rio de Janeiro: Fiocruz.

LORETO, Leslie. Assessoria e Assistência técnica no Rio de Janeiro: reflexão crítica sobre a práxis. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023.

MARICATO, Erminia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Turistificação e regeneração urbana: o caso do projeto Porto Maravilha na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Urbanos, n.25. 2023.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Movimento é movimento, governo é governo? a luta por moradia e a política habitacional em São Paulo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DOUTORANDOS/AS DO CES, 4., 6-7 dez. 2013, Coimbra, 2013.

ROLNIK, Raquel. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. Caderno Metrópolis, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015.

SOUTY, Jérôme. Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana. Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.3, n.9, jul/dez.2013.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. Análise Social, vol. XXIX, n. 127, 1994.